

## Working Paper – “As coalizões presidenciais e o crescimento econômico são correlacionados?”

João Pedro Silva Rodrigues<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** coalizões; crescimento; economia.

### Resumo Expandido

O objeto desse trabalho parte de dois macros pilares fundamentais que sustentam o meu objeto principal: Há correlação entre a estabilidade política e crescimento econômico?

Segundo Mantega (1998), durante as décadas de 80 e 90, os problemas do crescimento e do desenvolvimento econômico estiveram em segundo plano pelo pensamento econômico da época. Ainda, como prossegue o autor, isso se deve ao fato dos economistas, da época, estarem ocupados com os choques de petróleo, a escalada inflacionária, os déficits públicos, a dívida externa.

No Brasil, a discussão sobre o crescimento econômico, prossegue Mantega (1998), foi atrasada devido à demora em conter a onda inflacionária dos anos 80/90, e em se fazer os ajustes que possibilitassem um novo surto de desenvolvimento. Entretanto, com os preços estabilizados na casa de um dígito e taxas medíocres de PIB per capita, foram criadas as condições e se formou a pressão social para a retomada do tema do crescimento a partir dos anos 2000 (Mantega, 1998).

Do outro lado, porém tão importante quanto, em países no qual o governo são multipartidários, como é o caso do Brasil e de outros países na América Latina, há uma tensão inerente para a aglutinação de partidos com propósitos distintos em uma agenda que conflua com aquela que ganhou as eleições para a chefia do Executivo (Freitas, 2013). O presidente, nessa configuração de multipartidarismo, não consegue viabilizar a sua agenda somente com seu partido no Legislativo, fazendo assim, a necessidade de se negociar com o congresso e de se formar coalizões que viabilizem a agenda do Executivo no Congresso (Freitas, 2013).

No entanto, o país, desde 2014, após o Milagrinho (Carvalho, 2018), vem mergulhado em uma crise econômica e política sem precedentes antes na história nacional. Se analisarmos o crescimento do PIB, a partir de 2014, vemos que o nosso crescimento econômico entre altos e baixos, se mostra extremamente tímido. Nesse mesmo período, após a forma eficaz como FHC e Lula geriram suas coalizões (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009; CHEIBUB; LIMONGI, 2010), mais precisamente, o segundo governo Dilma mudou totalmente a lógica de

---

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP).

comportamento entre Executivo e Legislativo, abrindo uma ferida que até então parecia sido curada: o impasse entre o Legislativo e o Executivo na política brasileira.

Nesse mesmo sentido, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff acaba perdendo o cargo de Presidente da República após uma intensa rodada de tensões com o Poder Legislativo. Desde então, o debate nacional está com os holofotes apontados para as negociações entre Legislativo e Executivo nos mostrando como essa relação é fundamental para o andamento da economia nacional.

É a partir da década perdida em que estamos desde 2014 e do impasse político que vivenciamos durante e após o segundo governo Dilma que surge a pergunta: até que ponto o crescimento econômico e as coalizões de governo, afirmadas entre o Executivo e o Legislativo, estão correlacionadas? Entender essa correlação talvez seja uma peça fundamental e, principalmente, adicional para o debate sobre crescimento econômico perene.

Estamos diante da maior crise sanitária em que o mundo já viveu e, no Brasil, a pandemia chegou em um momento em que a economia já estava muito fragilizada. A pergunta que fica a todos os brasileiros agora é: como ficará a economia em 2022? Como reconstruiremos a nossa economia nacional? No final desse trabalho, a minha intenção é de oferecer mais um elemento que colabore para se pensar em como se dá o crescimento econômico e quais são os fatores de possíveis de manipulações por parte dos gestores que colabore para o crescimento econômico.

Este trabalho ainda está em construção. A intenção é a apresentar os seguintes tópicos: 1) revisão Bibliográfica sobre o assunto; dados preliminares; e conclusões iniciais. Por fim, acolher as recomendações adquiridas ao longo da apresentação para aprimorar o trabalho.

As ferramentas metodológicas que utilizarei nesse trabalho de conclusão de curso estará fundada por dois macros pilares fundamentais: 1) o pilar econômico que contém uma análise qualitativa e quantitativa. 2) o pilar político que contém uma análise qualitativa e quantitativa.

No que se refere a parte econômica, nele estarei debruçado sobre o que a literatura – o pilar qualitativo - e os dados da série histórica do PIB brasileiro – o pilar quantitativo - nos trazem sobre o crescimento econômico brasileiro de 1985-2018. No que se refere ao outro macro pilar, o político, estarei versando sobre o que a literatura nos traz sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil – o pilar qualitativo – e sobre o que os dados de coalizão nos trazem (dados disponíveis no banco de dados sobre o legislativo do Cebrap-USP) – o pilar quantitativo.

## **Referências Bibliográficas**

CARVALHO, Laura Barbosa de. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. [S.l: s.n.], 2018.

CHEIBUB, J. A., & LIMONGI, F. (2010). From Conflict to Coordination: Perspectives on the Study of Executive-Legislative Relations. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*.

FIGUEIREDO, A., & LIMONGI, F. (2009). Poder de agenda e políticas substantivas. In L. R. Rennó & I. Magda (Eds.), *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada* (pp. 77– 104). Belo Horizonte: Editora UFMG.

FREITAS, Andréa Marcondes de. O presidencialismo de Coalizão. 2013. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANTEGA, Guido. Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico. Relatório de Pesquisa Fgv/Eaesp/Npp; N.3, p. 1-54, 1998.